

a Revista

Há 30 anos, as primeiras tropas expedicionárias chegavam a Luanda, para uma longa guerra que causaria o fim do Império e a mudança radical do regime em Lisboa. Alguns dos que viveram os primeiros momentos do conflito escavam a sua memória

África: os dias da raiva

Felícia Cabrita



Clara Azevedo

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE MARÇO DE 1991 6-R

SÁBADO, 4 de Fevereiro de 1961. A notícia cai no Regimento de Infantaria 1 da Amadora. A chuva miúda ensopa as fardas dos soldados que fazem a parada para o almoço; uns perdem o apetite, outros entusiasmam-se com a ideia da primeira viagem de avião, muitos nem sabem da existência das colónias portuguesas, que afinal eram «províncias ultramarinas». Em Luanda, um grupo nacionalista, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), atacara em simultâneo, na madrugada desse dia, duas cadeias e um quartel da polícia. Objectivo: a libertação dos presos políticos. Salazar, que permanece surdo aos apelos para a descolonização, aperece-se de que a soberania portuguesa corre

risco em terras de África. Rapidamente, com a recruta ainda por completar, organiza-se uma companhia de Caçadores Especiais, comandada pelo capitão Rui Mendonça, ex-comandante da Legião Portuguesa e da PSP de Braga e presidente do Sporting local.

O dia da partida é marcado para 7 desse mês. Aos homens destinados a defenderem a capital angolana apenas sobram dois dias para embalar a trouxa, receber as fardas e as armas e apanhar as vacinas que os não tornarão imunes ao paludismo. A maior parte dos praças, recrutados de norte a sul do País, nem tem tempo de avisar os familiares.

Silvério Amaro, empregado de uma empresa de importação e distribuição de livros que mais tarde deu origem à livraria Quadrante, é colhido

de supresa. Estava em Caldas da Rainha a tirar a especialidade de escriturário, e nessa manhã de sábado pegou na motoreta e foi visitar os colegas à Amadora. Quando soube da nova, o boémio coimbrão, adepto de bailaricos, moças bonitas e avesso a violências ainda pensa fugir. Mas a vergonha impede-o, e o matraquear da propaganda por todo o País, de que Angola era nossa, convence-o. Ainda tem um mês à sua frente, havia que acabar a especialidade, nesta leva só iam os «operacionais». No entanto, resolve não ignorar o aviso que o pai lhe faz ao saber que vai para Angola: «Não durmas muito, não durmas!».

João da Costa, filho de um sapateiro e de uma doméstica de Guimarães, que no ano anterior tinha ficado «esperado»

na inspecção por ter de peso apenas 54 quilos, está também a acabar a especialidade de radiotelegrafista, e, para seu grande desgosto, ainda não é desta que viaja de avião. Partirá em Março, uma viagem menos atribulada a bordo do paquete Cuanza. Está até feliz por fugir à miséria que por cá passa: o pai ganha 26 escudos por dia e João, empregado numa sapataria, arrecada 750 por mês, que reparte com mais nove irmãos. A aguardar fica também José da Costa, tecelão seu conterrâneo e amigo, que na guerra tira a especialidade de mecânico. Antes de embarcarem, compram a meias, porque o dinheiro é curto, a máquina fotográfica com que fixarão venturas e desventuras.

Quem não se conforma com a partida é Manuel Augusto dos Santos, pedreiro de Pico

de Regalados, concelho de Vila Verde. Teve um mau pressentimento ao entrar pela primeira vez no comboio que o levava de Braga ao quartel da Amadora. Um arpejo que não esquece quando o comboio apitou, e o pai a acenar perdido entre as gentes na estação. Ao receber a notícia, Manuel chora, e os colegas lembram-se de ele falar sem descanso de Lhega, nome carinhoso com que recorda uma moça da aldeia por quem se tomara de amores e com quem apalavrara casamento. Os 200 escudos que tinha pedido por carta ao pai para ir passar o Carnaval à terra ainda não chegaram, mas já não tem importância. A 8 de Fevereiro, Manuel chega a Luanda com a 5ª Companhia de Caçadores Especiais, e Maria de Jesus, a Lhega, recebe duas cartas. Na

primeira, o soldado promete-lhe três dias felizes de Carnaval na sua companhia; na segunda, anuncia-lhe a ida para Angola. Lhega convence-se de que ele não volta mais.

Aterraram em Luanda em pleno Inverno, e o jovem alferes Virgílio de Magalhães, de 23 anos, apenas mais velho dois anos que os homens que vai comandar, sente uma lufada quente no rosto, o ar denso e húmido oprime-o, e convence-se também de que não regressará da comissão. A agravar o presságio, a imagem viva da mulher com quem casara recentemente e que ficava na Metrópole.

AS TROPAS tinham a seu favor a ignorância: eram as primeiras a chegar, a história da guerra ainda mal começara. O



Elementos da 5ª Companhia de Caçadores Especiais no Norte de Angola, em 1961 (em cima), e na actualidade, reunidos em Braga (da esquerda para a direita: Joaquim da Silva, elemento não identificado, José da Costa, Rui de Mendonça, João da Costa, Manuel Augusto e João Poleri); 30 anos depois, os primeiros combatentes da guerra colonial dispõem-se a narrar as suas aventuras de combate como nunca ninguém o tinha feito, à maneira de quem exorciza alguns fantasmas. «De início, foi preciso desembainhar a espada. Aquilo que hoje pode parecer um massacre, na altura era necessário.»

1º cabo Mário Madureira, operário numa fábrica de garrafas no Porto, está tranquilo. Para ele, a quem a pobreza não permitira brincar aos polícias e ladrões, essa guerra era uma aventura sem perigo, e com a ajuda da sua Santa voltaria a Campanhã intacto, com um pouco de sorte talvez herói.

No quartel da Amadora, não descobriu as razões que os levavam a partir de repente, mas descansou ao saber que os «terroristas» atacavam desarmados, convencidos de que os amuletos e a droga os protegiam. A mãe, ao ser avisada, reuniu os tostões, apressou-se e alia de comboio para Lisboa, a despedir-se do rapaz. Mário, ao descer do avião, olha orgulhoso o camuflado e recorda a piada que escondia a tristeza da

anciã: «Pareces um sardão».

Esperam-nos dias difíceis. Oficiais e cabos desembarcam já armados, os soldados recebem a Mauser no Regimento de Infantaria de Luanda; nesse mesmo dia, começam a actuar. A cidade entrara em estado de choque. Mal escurece, as portas trancam-se, a vida desaparece e não se ouve o riso das mulheres bebendo vermute nos terraços das casas coloniais. É a caça ao «turra». Milícias de civis incitam a tropa ao massacre: olho por olho dente por dente, caíam por terra os brandos costumes.

A 5ª Companhia de Caçadores Especiais não tem mãos a medir, a qualquer hora toca o alerta e as tropas investem pelos musseques em busca de armas ou roupas ensanguentadas que provem a estada de

guerrilheiros do MPLA. E as provas eram sempre suficientes. Alguns morreram às suas mãos ao tentarem fugir, mais morreram nas unhas dos civis que não esqueciam a ousoadia do grupo nacionalista na madrugada de 3 para 4 de Fevereiro. Pior sorte cabe aos prisioneiros que caem nas malhas da PIDE. Clemente Fernandes, filho de um tecelão de Cabreira, barbeiro da companhia, numa das batidas a um bairro negro, comove-se: «As mulheres a quem nós levávamos os filhos e os maridos já nem choravam.»

Os boatos crescem na capital, é anunciado um ataque em massa a Luanda e os soldados dormem em média duas horas por dia. Os dias de sangrentas represálias são o baptismo de fogo.

A ORDEM regressa aos poucos à cidade, e a companhia do capitão Mendonça parte para Malange, para dar apoio logístico aos dois batalhões que se encontram na baixa do Cassange, no rescaldo da revolta dos apanhadores de algodão, em Janeiro, contra os privilégios das grandes companhias algodoeiras. Vivem-se agora dias de sossego, e os praças, treinados para um conflito convencional, ouvem pela primeira vez falar em «guerra subversiva». Nos treinos na mata, o alferes Magalhães esforça-se por ensinar aos homens o pouco que ouviu sobre as fácticas de defesa contra emboscada aos oficiais que estagiaram na Argélia com as forças francesas. Alguns soldados tombam com paludismo e logo se aperce-

bem de que aquilo não seria osso tão fácil de roer.

A 15 de Março, o centro de mensagens da companhia recebe ordens de Luanda. Nessa madrugada, grupos de guerrilheiros tomam de assalto fazendas e postos administrativos nos distritos do Zaire e do Uíge, massacrando europeus e africanos. Toda a zona Norte de Angola torna-se um palco de horrores. Desta vez é outro grupo nacionalista, liderado por Holden Roberto, a UPA (União dos Povos de Angola), que ataca. Os guerrilheiros retribuem com juro cruéis as ofensas coloniais. A Companhia de Caçadores Especiais marcha rumo ao Norte para tentar recuperar possíveis sobreviventes, as bagagens ficam em Luanda, só levam o que têm no corpo, armas e munições. A engrossar a colu-

na militar, uma fileira de civis em pânico que, por razões de negócios ou de saúde, se encontravam em Luanda e por isso escapara à chacina.

João Poleri, afinador de teares de Vizela, transporta a bazuca e ocupa um dos lugares mais perigosos, à frente. É época das chuvas, os jipes e jipes atolam-se nas picadas. O medo já andava por ali, e os soldados avançam para Nabuangongo de pesados capacetes, granadas ao peito e armas sempre prontas a disparar. Pelas aldeias e fazendas onde param, o cenário é desalentador, a morte baterá-lhes à porta. Poleri não esquece uma mulher grávida que descobre na picada poirenta: a barriga esventrada e, ao lado, ensanguentados, dois recém-nascidos. Por isso, quando matou pela primeira vez, sentiu ➤

» alívio. A missão fracassa, não há sobreviventes, nem as mulheres e crianças escaparam. Os homens castrados, as mulheres violadas e decepcionadas. Os civis desesperam, os soldados endurecem.

A TÉ Nabuangongo, sofrem nove emboscadas. A avisá-los, troncos de árvores cruzados na picada. O capitão Mendonça ordena que a caravana pare. Os soldados descarregam tiros para o ar, e do meio do capim surgem dezenas de guerrilheiros aos gritos: «UPA lubumba, UPA lubumba, mata branco, mata branco.» Mal armados, de catarinas e canhangulos, os guerrilheiros não resistem ao fogo da tropa. «Pareciam possessos, recorda Poleri, que nunca entendeu aquela estranha coreografia. Um deles avançou até mim com a catana na mão e o corpo cheio de chumbo. Quase me caiu nos braços.» Morriam de pé. Era uma luta corpo a corpo, em que os olhos dos adversários, antes de morrerem, se encontravam.

O «Incendiário» — nome emblemático de um dos soldados — lança fogo às sanzalas que encontram pelo caminho. Nabuangongo também está deserta e a população dizimada. O capitão Mendonça, sem um sistema de transmissões para comunicar com Luanda — os especialistas da companhia ainda estão em Lisboa — decide abandonar a cidade. As munições não abundam e os homens estão exaustos. Um civil que o acompanha pede-lhe que o escolte até à sua fazenda, uns quilómetros a norte, na esperança de encontrar familiares. Eugénio Salvador encontra a esposa junto a um rio com uma estaca no sexo, e na serração, perto da casa colonial, está o resto da família em pior



estado. Escurece, e o capitão resolve pernoitar por ali. As rações de combate, latas de conserva de atum, bolachas de água e sal e água, tinham chegado ao fim. Alguns homens vão abastecer-se de água e pelo caminho deitam mão a umas galinhas, mas à sua volta o capim mexe-se, centenas de vultos espreitam na noite. Descalçam as botas pesadas e fogem para o acampamento. Poleri já só tem três granadas. O capitão deita as mãos à cabeça: «Olhem o que ali vem!» São centenas, e as munições no fim.

Manuel Augusto pensa em Lhega, retira do bolso do camuflado uma imagem da Senhora de Fátima, que o acompanha desde a primeira comunhão, e reza. O capitão dá a ordem: «Deixem-nos aproximar, depois abrimos fogo.» Poleri lança a primeira granada, mas só mata meia dúzia.

Os guerrilheiros estão cada vez mais perto: «UPA, UPA, mata branco, mata branco...» Mário Madureira não perde a calma e diz a Poleri que atire a 500 jardas. «Parece que foi a mão de Deus que fez aquilo», lembra Mário. Poleri, erguido nos ombros dos colegas, é o herói da companhia, mais tarde será condecorado pelo feito. Joaquim da Silva, camponês de Braga, ainda recorda o episódio com uma imagem de festa: «Aquilo parecia o papel do foguete a reventar. Os corpos aos pedaços enchiam o ar.»

No outro dia, os jipes de partida pisam centenas de corpos negros que lhes barram o caminho. Porcos que chegaram cedinho ao cheiro da carne demoram-se no repasto. E alguns praças que não querem deixar os feridos entregues aos suínos acabam o trabalho. Assim ganhou o «Preto», um luso

moreno dos Olivais, o estranho gosto de cortar orelhas. E Joaquim da Silva decepa a sua primeira cabeça. Soldados e oficiais pareciam tomados de súbita loucura e perdiam o verniz. A guerra faz o guerreiro.

NA Metrópole, o regime treme com os acontecimentos. Todos os dias partem levadas de soldados para engrossarem o frágil aparelho militar da Província Ultramarina. «Para Angola, rapidamente e em força», ordena Salazar, que assim governa este grande e velho reino. Entretanto, a 5ª Companhia de Caçadores Especiais instala-se na região do Caxito. Missão: impedir que os sublevados atinjam a capital. Pela primeira vez, a companhia separa-se. O comando abanca na fazenda Tentativa, a 60 quilómetros de Luanda, no

chalé da família Sousa Lara, grandes senhores do açúcar, e os quatro pelotões seguem os apelos dos fazendeiros em pânico.

«De início, não havia outra saída» — «flash-back» do capitão Mendonça. Havia que fazer uma «acção de limpeza», recupear as zonas desabitadas e defender os fazendeiros de novos assaltos de «terroristas». A rede de informações do capitão Mendonça baseava-se nos civis brancos, que prontamente denunciavam hipotéticos «turras». Investigações ou recolha de provas quanto à eventual «culpabilidade» dos capturados é coisa de que ninguém ouviu falar. Um dia, a Poleri, do 4º pelotão, depois de um dos raios a uma presumível concentração de «terroristas», cabe a tarefa de levar quatro prisioneiros a Luanda. Um elemento da PIDE pergunta-lhe: «Por

onde passaste não havia uma barragem?» Depois mostra-lhe as celas onde ficam os prisioneiros, e Poleri finalmente percebe: não havia lugar para mais. Talvez por isso, tornou-se norma abatê-los no comando.

A João da Costa, telegrafista, até se lhe embrulhava o estômago. O «Preto» podia ao menos respeitar as refeições, mas não. De sabre em punho, depois de ter cortado umas orelhas com que peitava um civil a troco de cervejas, decepava algumas cabeças e ainda ia acabar de comer as batatas com a lâmina ensanguentada. Por lá andava um médico «odioso», segundo as palavras do alferes Magalhães, que matava com ciência. Gostava de lhes injectar ar nas veias, apreciava electrocutá-los pelos testículos. A ajudá-lo, um civil que fazia o gosto ao marçarico nos prisioneiros enter-

Mortos em África

Angola		Guiné						Moçambique									
Exército		Marinha		Força Aérea		Exército		Marinha		Força Aérea		Exército		Marinha		Força Aérea	
Comb.	(1) Outras causas	Comb.	Outras causas	Comb.	(2) Outras causas	Comb.	Outras causas	Comb.	Outras causas	Comb.	Outras causas	Comb.	Outras causas	Comb.	Outras causas	Comb.	Outras causas
1306	1952	13	44			1240	829	59	44			1481	1481	13	16		
3258		57		(3) 108		2069		103		(3) 108		2962		29		(3) 108	
3423						2280						3099					
8802																	

(1) Acidentes com armas de fogo, de viação, doenças e outros
 (2) Inclui também acidentes de aviação
 (3) Média não ponderada por teatro de operações efectuada pelo EXPRESSO
 Dados oficiais fornecidos pelos respectivos estados-maiores

Quanto custou a guerra

Verbas	Ano	milhares de contos															
		1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Inscritas inicialmente no Orçamento		797,0	1656,9	2189,9	2587,9	2600,3	3547,0	4037,0	5373,0	5607,0	6332,4	6342,4	7023,1	7575,9	7708,3	8224,6	8830,0
Pagas		1042,9	2976,7	3795,4	3845,6	4367,5	5077,4	5531,0	7174,3	7960,5	8397,7	9460,9	10125,8	10110,1	11884,0	14885,3	8276,5



Colonos e africanos massacrados pelos «terroristas» da UPA a 15 de Março de 1961, independentemente da sua cor, do seu sexo ou da sua idade: Angola entra em estado de choque e os europeus incitam à retaliação indiscriminada, olho por olho, dente por dente

rados até ao pescoço. Havia os que sobreviviam. Mário Madureira lembra-se ainda do rosto espantado de um ancião a quem as tropas libertaram depois de três descargas eléctricas do gerador.

A Silvério Amaro — que estendera o negócio do seu patrão àquelas paragens, importava e vendia livros aos colegas — cabia escrever os autos que o capitão Mendonça enviava para Luanda. O escriturário redigia invariavelmente: no dia tal, ao tentar fugir, o prisioneiro X foi abatido. Assim se fazia a história oficial. E a João Costa intrigavam as dezenas de prisioneiros que desapareciam com frequência da Tentativa. Uma manhã, acordou cedo e resolve acompanhar o camião carregado de negros que alguns soldados da companhia escoltavam. O destino era perto, na plantação de alicar da fazenda, e as valas já est-

tavam abertas. Os prisioneiros, de mãos atadas atrás das costas e em fila, esperavam as rajadas. Para os baldear na valeta, sobravam dois negros que seguiam o mesmo destino depois do enterro dos colegas.

NO PORTO, o semanário da Diocese. «A Voz do Pastor», anunciava que um novo Nun'Álvares tinha descido a Angola: «O valente capitão de Aljubarrota (...) Incubido de pacificar, com a sua companhia, a região de Úcuia e Casito, o capitão Rui de Mendonça não só eliminou as ameaças que pesavam contra a própria Luanda, como tratou de restituir às zonas do Norte as populações indígenas.»

A 10 de Abril, a aviação avisa a companhia que Úcuia está a ser atacada. Clemente Fernandes, barbeiro, filho de

um tecelão de Cabreira, diz ao alferes Magalhães, antes de partir na missão: «Estou lavado, não vou voltar vivo.» Quando os dois pelotões chegam, só há um sobrevivente europeu, que se escondera no depósito da água, e o enfermeiro negro do posto administrativo. As tropas estranham que este tenha resistido, e, depois do interrogatório em que o enfermeiro balbucia em quimbundo «ai minha mãe, ai minha mãe», é abatido. Úcuia volta a ser atacada a 26 desse mês, e o barbeiro é o primeiro ferido grave da companhia. Um zagalote atinge-o, e Clemente volta, mas cego. Por esta altura, os praças já tinham perdido as estribadeiras. Passavam dias seguidos perdidos na mata, a ração de combate faltava, por vezes estava estragada, dormiam em esteiras no chão, utilizavam a cartuxeira como almofada, bebiam água de rios onde pacaças aliviavam a bexiga. «Tornámo-nos vândalos», recorda Silvério, que chegou a oferecer-se como voluntário para saquear fazendas. Prática que aos poucos foi indispõdo os civis.

Corre pela companhia uma teoria: os «turras» estão convencidos que bala de branco não mata e corpo esquartejado não ressuscita. Para que lhes sirva de lição, em Úcuia, Joaquim da Silva e outros praças cortam as cabeças dos prisioneiros e colocam-nas em estacas. Às vezes, o cheiro a morte é tão forte que entalam cascas de laranja nas narinas.

Mas «A Voz do Pastor» tranquiliza os cristãos: «O capitão Mendonça começou por obrigar a uma edificante compostura os seus soldados, que fizeram juramento de respeitar as nativas, como desejam que sejam respeitadas as suas irmãs, noivas e mães. Vale, pois, a pena, ser íntegro nas relações com as raças chamadas inferiores.» E o soldados, que não lêem o semanário católico, não têm pejo, quando o ferrão do desejo os pica, de satisfazer os seus caprichos, mesmo pela violência. José da Costa, quando não podia ir aos prostíbulo de Luanda, «às mulheres que fumam», usava as prisioneiras. «Nem era preciso violência, tal era o medo que nos tinham.» E Polerí, que optou por um namoro sério com uma lavadeira, lembra-se de uma noite de turno quando foi abandonado pelo colega. Ao raiar da manhã, este apareceu e narrou a aventura. «Entre na cubata, apontei a metralhadora ao preto, mandei-o sair e servi-me». Pior sorte calhou ao «Sintra», um amigo de Madureira, que depois de ter violado uma nativa, é descoberto pelo capitão e bate com os costados dez dias na prisão de Luanda.



Sequência de enterro em vala comum de suspeitos de «terrorismo», perto da Fazenda Tentativa, a norte de Luanda (fotos tiradas por um elemento da 5ª Companhia de Caçadores Especiais). A rede de informações baseava-se em civis que prontamente denunciavam hipotéticos «turras». Talvez por não haver lugar nas celas, tornou-se norma abater os prisioneiros no comando. O escriturário redigia invariavelmente: no dia tal, ao tentar fugir, o prisioneiro X foi abatido



Evacuação de feridos em combate na zona de Tete (Moçambique): o Exército suportou o grande ónus da guerra, se comparadas as suas baixas com as da Armada e da Força Aérea

Robles, «o exterminador»

FERNANDO Robles foi, durante a guerra, um dos militares portugueses mais amados e odiados. A aura de «herói» e de «sanguinário», conforme o ponto de vista pelo qual ainda hoje continua a ser apreciado, não se limitou às fronteiras pátrias. A fama deste homem — hoje tenente-coronel na reserva e com actividade no sector imobiliário — correu mundo, ficando o seu nome para sempre ligado à história do conflito colonial angolano.

Em Fevereiro de 1961, dias após a primeira insurreição, Robles partiu para Luanda num Super Constellation da TAP. Era alferes numa companhia de caçadores especiais e tinha apenas 21 anos. Pouco depois foi colocado na região nortenha dos Dembos, onde, de acordo com a portaria de 1963 que lhe atribuiu a Medalha de Prata de Valor Militar com Palma, «se evidenciou como oficial valente e excepcionalmente audacioso, dando constantes provas de coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo e sangue-frio em todas as acções em que tomou parte». Para os nacionalistas e os movimentos anti-coloniais, no entanto, Fernando Robles foi o militar que terá conduzido os massacres mais intensivos e sistemáticos da história da guerra em Angola, acusação corroborada por muitos dos soldados que, nesse período inicial, passaram pela zona de conflito.

Influenciado pelo pai, também ele oficial do Exército, Robles quis seguir a carreira das armas, mas, por falta de peso, foi chumbado na admissão ao Colégio Militar em 1951. No ano seguinte, já com 10 quilos a mais, em consequência de um tratamento de choque a que foi sujeito por conselho do médico da família (12 meses a «comer bolas de carne crua e pastéis de nata»), ingressou na instituição.

No segundo ano da Academia, que coincidiu com o início das hostilidades em África, reprovou a Física e a Física Atómica. Insatisfeita com o seu aproveitamento escolar, a tropa mandou-o para a guerra. Começou então a odisseia.



Fernando Robles. O seu nome fica para sempre ligado à história da guerra colonial em Angola

Nos dias 15 e 16 de Março chegou às terras de Piri e de Vista Alegre. O cenário surgiu-lhe «apocalíptico»: «Deparei-me com as maiores atrocidades que se possam imaginar: vi crianças esventradas ou assadas em fogueiras, mulheres cortadas à serra mecânica ou violadas, velhos e novos decapitados». Para este jovem acabado de sair da escola, «foram momentos muito dolorosos, e só uma grande força interior e a vontade de cumprir o melhor possível» lhe permitiram «superar as dificuldades».

Seguiu-se a retaliação. Grupos de civis africanos e aldeias inteiras, sob suspeição de apoiar os guerrilheiros da UPA, foram alvo da vingança. Cabeças decapitadas surgiram espetadas em estacas para «servirem de exemplo». Robles não nega a crueldade da ofensiva e admite até que se tenham cometido alguns «exageros», mas não tantos como aqueles que lhe são «atribuídos». E interroga-se sobre se não se praticaram também «atrocidades nas guerras da Argélia e do Vietname ou entre os movimentos nacionalistas

ou mesmo durante a recente guerra no Golfo». E pergunta também «se deixar cair uma bomba de 50 quilos de napalm sobre uma cidade, vila ou aldeia, não é atrocidade maior do que se fazerem interrogatórios onde às vezes se cometem excessos contra a própria vontade dos inquiridos». Questiona-se igualmente sobre «o que está mal e o que está bem ou onde está a linha da diferença» que separa as duas águas.

Uma semana depois da operação, em Piri e Vista Alegre, o jornal angolano «O Comércio» publicou uma reportagem sob o título: «A pequena coluna militar comandada pelo moço alferes Robles realizou nos Dembos uma caminhada heróica». O texto, assinado por um repórter que acompanhou a operação, relata, num tom quase épico, a campanha dos soldados. A incursão de Robles na lonjura dos Dembos foi, durante algum tempo, exaltada em outros órgãos de comunicação social portugueses. Por isso, segundo o próprio oficial, a projecção do seu nome fica a dever-se à presença do jornalista que o acompanhou e que escreveu «coisas que nem sempre foram muito fiéis ao que por lá se passou».

Mas, por esta ou outras razões que se ligam mais concretamente à sua acção militar de extermínio dos insurrectos, a verdade é que o regime elegeu-o para fazer dele a sua bandeira. Condecorado com uma das mais importantes distinções militares, o alferes Robles foi também escolhido para discursar numa manifestação de apoio a Salazar, na Praça do Comércio. «Pela minha voz fala a voz dos combatentes, disse então. Que maior honra pede um militar do que defender a Pátria e por ela jogar a vida? Que maior glória do que participar da própria existência espiritual da Nação? É este o nosso sentimento, o nosso estado de espírito, o sentimento e o estado de espírito da tropa combatentes».

Estava-se no ano de 1963.

José Manuel Saraiva

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE MARÇO DE 1991 10-R

» Em 1962, a companhia vive, porém, uma nova fase. O capitão Mendonça mudara. Passa a ser conhecido pelo homem da «psico-social», odiado pelos civis, que teimavam na matança indiscriminada. Funda escolas para os nativos, abre cursos de costura, leva alimentos às famílias das aldeias e rebaçados às crianças. O capelão Francisco Jorge, que não esteve desde o início com a 5ª Companhia de Caçadores Especiais, ainda hoje não sabe se teve alguma influência nessa mudança. Estava de partida para a Índia como missionário quando rebentou a guerra em Angola e alistou-se. «Talvez por espírito de aventura.» Só chega em Outubro, e não assiste aos massacres dos homens do capitão Mendonça. «Mas contaram-me coisas, principalmente do médico da companhia, que nos envergonham

bastante.» O próprio comandante das tropas portuguesas lhe confessou um dia que tinha caído no exagero. «Ele pelo menos mudou, muitos permaneceram iguais», avisa o sacerdote. Madureira ainda recorda um «jovem sanguinário», o apelido garboso, alcinha do alferes Robles, da 6ª Companhia de Caçadores Especiais. Segundo o 1º cabo, constava na altura que quando Robles chegava a uma sanzala gritava: «Somos do exército do Congo, vimos libertarvos». Depois disparava, e nem poupava mulheres e crianças.

Nessa altura, a 5ª Companhia estava de luto. Primeiro foi o «Reles», baptizado assim pela companhia por ter a língua frouxa e ser um grande animador de grupos. Num passeio na Barra do Dande, a canoa virou-se, ele perde-se a nadar contra a corrente, e quando, finalmente, Silvério

Amaro chega a terra, o «Reles» tinha desaparecido. Eram grandes amigos, estavam os dois fartos da guerra, pensavam até escrever um livro sobre as injustiças coloniais, e o outro morria de forma estúpida. Deu à costa dias depois, irreconhecível, os olhos comidos pelos peixes e aquela cor branca que lhe roubava a figura.

A 8 de Agosto, uma arma encravada mata dois soldados. Um deles é Francisco Roque de Oliveira, conterrâneo de João da Costa. O telegrafista despede-se dos sapatos novinhos que o pai, sapateiro de Guimarães, lhe tinha enviado, é a sua última lembrança para o Roque que ali fica enterrado.

AMILHARES de quilómetros, Luísa Pereira recebe a notícia. Um raparigas que trabalham na costura com a

filha procuram-na na fábrica onde trabalha. A mulher desmaia, não quer acreditar. O corpo de Roque só chega passados cinco anos, e para seu desgosto nem lhe vê a cara. «Vinha numa urna tão pequenina, nem sei se era o meu filho.»

Passados 30 anos, encontramos homens pacatos, mais ou menos bem na vida, casados, com ranchos de filhos. Não negam o passado, mas também não o desejam a ninguém. Clemente Fernandes nunca recuperou completamente. Com uma vista inutilizada, quando chegou, rompeu o noivado com Margarida Pereira. «Não queria que ela tivesse pena de mim.»

Na aldeia, o povo alertava-a: não cases com um inválido. Mas a rapariga cerca-o, não o larga de nenhum jeito. Casam passados meses, Clemente tem um esgotamen-

to. «Nunca mais fui o mesmo.»

Manuel Augusto foi para motorista dos bombeiros e casa às pressas com a Lhega, que por cá tinha recebido a notícia da sua morte. O povo, que o esperava em festa, lançou foguetes, e Manuel, escaldado, atirou-se para um valado.

Silvério Amaro, hoje dono da Dinalivro, a primeira vez que se passou na baixa lisboeta, ao ver tanta gente, sentiu medo e fugiu. Um dia, procurou o pai do amigo «Reles» para lhes dar as condolências. Mas os velhotes insultaram-no, crentes ainda de que o filho sobrevivera.

O alferes Magalhães, hoje coronel, reconhece que se cometeram muitos exageros. Era muito jovem, agora seria diferente. «Na altura, escondi a cabeça debaixo da areia.»

O coronel Mendonça, 63 anos, presidente da Liga dos Combatentes, é um homem ressentido. Comandante do Regimento de Infantaria 1 de Braga no 25 de Abril não se quis render, o que lhe valeu um mês de prisão e a passagem compulsiva à reserva.

Ficou conhecido no meio militar, depois do périplo por África, segundo refere Otel Saraiva de Carvalho no livro «Alvorada em Abril», pelo «pequeno Eichmann». Hoje num jantar em Braga com alguns homens da 5ª Companhia de Caçadores Especiais avivaram-lhe a memória, reconhece: «De início, foi necessário desembainhar a espada, mas depois a minha acção foi no sentido de conquistar as almas e os corações. Aquilo que hoje pode parecer um massacre, na altura era necessário.»

PERFIS NA GUERRA

O repórter silenciado

TEM 65 anos o operador de câmara António Silva, hoje reformado da RTP. Há trinta encontrava-se em Angola, no mais sossegado dos trabalhos, com o jornalista Horácio Caio, a produzir documentários «turístico-industriais», filmando refinarias e poços de petróleo, palmeiras e embondeiros, praias de sol e sonho como se podia ler nos cartazes de propaganda do regime.

A 3 de Fevereiro de 1961, António Silva filmara a barragem de Cambambe e regressara a Luanda para enviar o negativo para Lisboa quando a guerra rebentou.

Homem de informação, António Silva quis partir, mal teve conhecimento dos massacres no Norte do território, para filmar os acontecimentos. A PIDE e o Exército, porém, não lho permitiram. O operador viu-se assim limitado a realizar reportagens no aeroporto com os feridos que eram evacuados para Luanda.

Aproveitou bem essa oportunidade: foi conhecendo a base aérea militar e os seus responsáveis, até que fez o pedido declarado: «Quero ir lá para cima filmar a guerra.» Logo lhe responderam que, «legalmente», isso não era possível. «Então, ilegalmente», disse ele. E convenceu quem o podia colocar dentro de uma aeronave, embora tivesse de ser ele a arranjar meios de embarcar o material de filmagem de forma sub-reptícia, pois o acesso à base estava vedado um quilómetro antes.

António Silva conseguiu então fazer passar uma pequena câmara para dentro de um avião e durante dois meses, todos os dias, filmou as mais bárbaras cenas. Quando as reportagens começaram a chegar a Lisboa, a PIDE deu-lhe volta à casa e passou a seguir-lhe os passos, e foi preciso que a direcção da RTP obtivesse uma autorização formal para que ele pudesse continuar a registar os conflitos.

O operador de câmara ganhou então um camuflado e, sem ter feito a tropa, partiu para a frente de combate.

Aí cometeu alguns erros, que lhe podiam ter sido fatais, como daquela vez em que, sob fogo dos guerrilheiros, se expôs sobre o teja-



António Silva, operador de câmara da RTP. Das centenas de reportagens que enviou, os portugueses pouco mais viram do que a cena de uma explosão de uma mina que vitimou vários soldados

dilho de uma viatura para apanhar melhor a cena, sendo retirado do poleiro por um comandante em pânico, que o esbofetou.

Aos poucos, o correspondente de guerra da RTP foi ganhando prática e perdendo peso, passando de 76 para 61 quilos e habituando-se a encarar corpos mutilados e morteiradas como mais um trabalho, se é que alguma vez assim se pode pensar sem ser para manter a sanidade mental. Depois de um massacre, teve de inventar sangue-frio para carregar com cinco G-3 e cinco capacetes e amparar ao

mesmo tempo um sobrevivente, que segurava um dos seus globos oculares na concha da mão ensanguentada.

A RTP em Lisboa ia recebendo as imagens, mas guardava-as. Das centenas de reportagens que António Silva enviou do teatro de guerra, os portugueses pouco mais viram do que a cena da explosão de uma mina que vitimou vários soldados, e isto depois do 25 de Abril. Este filme recebeu um prémio internacional em 1965, até porque foi a primeira filmagem do rebentamento de uma mina reali-

zada após a guerra da Coreia. Mas, na altura, as imagens colhidas por António Silva eram passadas em sessões reservadas ao Governo de Salazar, no Palácio Foz.

Através dos filmes de António Silva, antes das visitas a Angola dos diversos ministros do Ultramar e dos relatórios dos governadores-gerais, Salazar soube que a tropa estava mal preparada, que era escassa e que a guerra era a sério e não uma série de escaramuças, como o Presidente do Conselho afirmara ao governador Silva Tavares quando este lhe telefonara a pedir mais armas e mais homens.

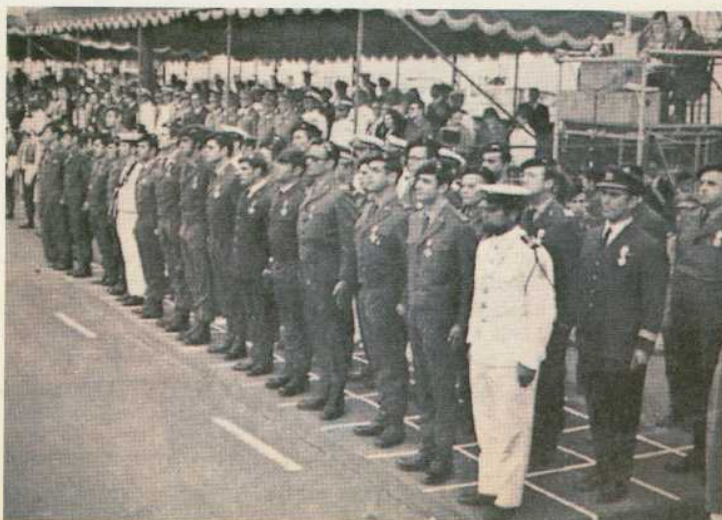
António Silva seria mais tarde condecorado pelo seu trabalho, mas essa medalha, além de algumas fotografias, é a única prova material que possui em como esteve na guerra colonial. Os filmes foram desencaminhados, e muitos pertencem hoje aos arquivos das televisões francesa e italiana.

Guarda também a recordação de uma bilhete contraída no mato africano e a memória de conversas que teve com Adriano Moreira e com o próprio ditador, diálogo esse que o «filmador» — como Salazar lhe chamava — não revela passados trinta anos porque «ninguém acreditaria».

Lembra-se também de ter estado encostado a uma parede em Carmona, cuja população branca, revoltada contra a falta de assistência por parte do Governo colonial, queria vingar-se nos jornalistas, que «com certeza» não estavam a informar as autoridades da verdade, quando não receberiam soldados em vez de propostas de adesão à União Nacional.

Trinta anos depois, António Silva declara-se vacinado contra todas as guerras. O trabalho dos correspondentes das televisões no Iraque não lhe provoca nostalgia, mas «tristeza»: «As guerras são más para os amigos e para os inimigos e constituem uma falha dos políticos, que devem travar as malquices dos militares e não instigá-las. Se não conseguem resolver as coisas sem guerra, então fechem a ONU.»

António Costa Santos



Membro da 5ª Comp. em Angola, com cabeça de presumível «turra», e parada do 10 de Junho em Lisboa, para distinguir os «heróis»: à distância, há quem reconheça «erros» e admita ter «escondido a cabeça na areia»

O escritor do SNI

ANTÓNIO Alencastre Telo ainda não tinha quarenta anos quando a guerra de Angola rebentou, mas já era — sempre o foi — um homem de missões, no campo da literatura.

Nascido no Funchal, a sua veia literária manifestou-se cedo, ainda antes dos 18 anos, quando publicou uma pequena novela com o título de **Um Amor Infeliz**. Abastado e imbuído do espírito de que a arte não tem preço, a receita da venda, destinou-a o jovem Alencastre Telo a uma obra religiosa, a do padre Laurindo. Ainda longe das emoções da guerra, publicou o romance **Um Condenado Inocente** e escreveu insulares poemas, que mais tarde editaria, além de dois romances que nunca estiveram no prelo. Em Lisboa, a guerra encontrou-o proprietário de uma tipografia, que ainda possui.

A actividade de industrial deixava-lhe pouco tempo livre para a prática que mais o entusiasmava: a das Letras. O negócio incompatibilizava-se com a poesia que lhe corria nas veias. A vida corria-lhe prosaica entre facturas e guilhotinas, impressoras planas e caixas de tipos.

O dia 15 de Março de 1961, «**de bem trágicas recordações**», despertou em Alencastre Telo a ideia de contar aos portugueses e ao Mundo o que era «**o terrorismo em Angola**». Empenhado activamente na defesa do regime, que, então, julgava o mais útil para o país, Telo entendeu que devia pôr a literatura como arma contra «**os selvagens**», até porque, como dizia, «**a voz que há muito se esperava (a de Salazar) fez-se ouvir e com ela a confiança ficou para sempre no coração dos portugueses**».

Apesar de nunca ter visitado a então província ultramarina, sentiu-se capaz de relatar o dia-a-dia da guerra colonial em Angola. Não se sentia capaz era de, por nunca as ter visto, descrever as belezas naturais da mata, ou da sala de jantar de uma casa colonial do Uíge. Daí que, apesar de ter grande vontade de escrever «**ficção documental**», um romance ou mais uma novela, tenha optado por arrumar a história na obra **Angola Terra Nossa**, apondo-lhe o subtítulo «**diário do terrorismo**».

Ainda hoje nega que tenha sido o Secretário Nacional de Informação, o SNI, a encomendar-lhe a obra, mas reconhece que a colabora-

ção que teve com tal organismo de propaganda do regime foi fundamental para a prossecução do seu objectivo: denunciar os crimes de lesa-pátria perpetrados pelos «**terroristas angolanos**». O SNI, não tendo encomendado a obra, recebeu-a de braços abertos e deu a Alencastre Telo toda a informação compilada no livro, publicado em princípios de 1962.

O diário abre com uma citação de Camões, «**Entre os portugueses, traidores houve algumas vezes**», e remata com uma de Salazar: «**Todos não somos demais para continuar Portugal**». Pelo meio ficam 320 páginas de notas, datadas de 15 de Março a 10 de Outubro de 1961. O que a Imprensa portuguesa era autorizada a publicar, o que a Imprensa estrangeira publicava e era «**oportunamente desmentido pelo Governo**» por «**falsificar a realidade acerca da campanha terrorista e da respectiva repressão**».

A par das novas oficiais, Alencastre Telo incluiu na sua obra alguns nacos de prosa da sua lavra, como aquele em que exorta: «**As armas, portugueses! As armas, Nação valente e imortal. Deus e os homens de boa vontade, os**

crístãos de todo o mundo, estão conosco» e indigna-se com «**o Carnaval na ONU**» quando o mundo não está com Salazar.

Ao longo deste diário escrito de longe, Telo vai louvando a acção das tropas, no combate à «**selvagem dos bandoleiros**», perde tempo de trabalho para ir ver os contingentes que partem da Rocha do Conde de Óbidos, para ir receber feridos aos portos, para participar em «**manifestações**» de apoio ao Ultramar. Nestas ocasiões, ouve a marcha «**Angola É Nossa**». Por razões que não consegue discernir, toda a gente se convence de que é o autor do referido hino, mas, passados trinta anos, ainda nega com um sorriso. Mas não o faz porque não assumia essa parte do passado em que oferecia os seus préstimos literários ao SNI e imprimia na sua casa livros com discursos de Adriano Moreira na badana; não porque rejeite a poética heroicidade das lendas que acompanhavam as fotografias forçadas pelo regime — «**Não te lastimes, Negro, da tua cor. Tu não és Terrorista ou Saltimbanco. Se à Pátria dedicas teu amor, és Português tal qual o Branco**».

A. C. S.

A dor do herói

SER herói não mudou a vida do sargento fuzileiro Manuel Martins Teixeira, um pacífico ex-combatente que antes dos 50 anos se reformou, incomformado com o tratamento que Portugal dá aos que distinguem por feitos de armas.

O sargento Teixeira fez a guerra na Guiné entre 1963 e 1968, passou para Angola entre 1969 e 1971, voltou a combater o PAIGC na comissão seguinte, entre 72 e 74, fez guarda aos pides em Caxias e regressou a Luanda para uma derradeira missão, em 1975, onde assistiu à independência angolana.

Os doze anos de guerra trouxeram-lhe numerosas condecorações: duas Torre-e-Espada (uma colectiva e uma individual); duas Cruzes de Guerra de 1ª classe (individual e colectiva), uma Cruz de Guerra de 2ª e uma de 4ª, além de medalhas de campanha para 63-65 (Guiné), 66-68 (Guiné), 69-71 (Angola), 72-74 (Guiné) e 75 (Angola).

Além das medalhas, que guarda em casa, Teixeira conserva ainda dezenas de louvores que atestam o seu comportamento exemplar e heróico em centenas de missões. Tantos louvores que, diz ele com um sorriso modesto, acabaram por não ser todos inscritos na caderneta, quando não esta teria um sem-número de páginas a mais. «**Davam para encher doze cadernetas**», coisa impossível, de acordo com as normas.

Passados quase trinta anos, fala da guerra colonial com o lacerismo de quem viu demais e não quer recordar tudo, com um sorriso de miúdo envergonhado quando é forçado a contar as façanhas. As façanhas, recorda-as com indistigável orgulho, temperado pela sobriedade. Sabe que foi medalhado por salvar vidas e ter coragem; não quer lembrar-se se também matou. Guerra é guerra, mas ferir e fazer sofrer, na maioria dos casos, dói até aos heróis. É preferível convocar para o presente apenas os momen-

tos em que a perspicácia, o treino e as melhores qualidades pessoais fizeram com que tudo corresse bem, livrando os homens sob o comando do herói Teixeira de uma morte certa.

A maior vaidade deste homem simples é, aliás, a de ter sido sempre escolhido: «**Os homens queriam sempre ir comigo a comandar**», diz às tantas; ou «**eu não queria voltar a Angola, mas o comandante, quando recebeu a comissão, quis-me levar com ele**»; ou ainda «**o oficial, que era novo, chamou-me, disse-me que não podia ir lá e escolheu-me para ir com uma secção**».

Orgulho é também o de afirmar que, em tanto tempo de guerra, «**de todos os homens que tive sob o meu comando só houve um ferido com um tiro numa perna**». Vê-se que isso lhe dá mais prazer do que poder afirmar que nunca foi ferido em combate, ele mesmo, apesar do risco que corria por ser «**tropa especial**».

Teixeira não sabe como se faz um herói, mas crê ser a vida que os forja. Sempre foi levado da breca, mesmo em miúdo, devendo-se traduzir «**levado da breca**» por «**corajoso**». O seu primeiro acto heróico consistiu na vinda da aldeia minhota onde viveu até aos 12 anos para o Porto, sem família nem apoios; a trabalhar no comércio. «**Levei muitos pontapés e foi bom**». Como marçano, aprendeu a lidar com as pessoas e a conhecer-lhes pontos fracos e fortes.

Aos 19 anos, veio para Lisboa para a tropa e escolheu a Armada. Só amigos do Porto o conseguiram convencer a ir para os Fuzileiros, porque, antes, Teixeira vivia a pensar que tropa especial era «**vila de maluco**». Lá, mudou de ideias e «**ainda hoje estaria no activo**» se não fossem desconsiderações que o «**entristeceram**» e «**desgostaram**», acabando por pedir a reforma.

O fulcro da questão é considerar que o seu mérito não foi reconhecido senão formalmente. A Torre-e-Espada dava direito a uma graduação



Manuel Teixeira. A Torre e Espada permite a graduação em oficial mas ele continua como sargento

em oficial, com o consequente aumento do pré. No Terreiro do Paço, Américo Tomás medalhou Teixeira, este ficou «**contente, mas deprimido por ver as viúvas dos meus camaradas, por pensar naqueles que tinham morrido lá fora**», guardou a condecoração e a vida continuou. Passados anos, em 1978, integrou uma delegação das Forças Armadas presente em França no aniversário do armistício da I Guerra Mundial. Aí, o nosso herói reconheceu um capitão do exército, também distinguido com a Torre-e-Espada no mesmo ano, o qual se espantou por ver Manuel Teixeira ainda sargento. A Armada não dera seguimento às promoções devidas a Teixeira e ou não respondeu ou indiferente todos os requerimentos que este fez, a conselho de superiores hierárquicos e alertado pelo graduado em capitão. Até que, «**aborrecido pelo que os meus filhos perderam**», desistiu e passou à reserva, depois de ter alojado com o almirante Sousa Leitão, que ouviu das suas razões. Já teve uma reforma por serviços

relevantes, mas retiraram-lha, porque não podia acumulá-la com a normal.

Lamentando algumas oportunidades perdidas, como a de uma emigração para a RFA, que o teria tirado da «**cepa torta**», não tivesse ele recusado a oferta a favor do serviço militar, hoje, o herói visita unidades de fuzileiros para reencontrar camaradas de armas e passa pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas para rever amigos que não saíram ilesos da guerra colonial.

Os filhos — um tinha três meses em 1972, quando Teixeira partiu para a Guiné; o outro nasceu-lhe em 1975; já a guerra acabara — conhecem os feitos do pai e acompanharam com atenção a guerra do Iraque. Da história paterna sabem o que há para saber («**os heróis têm medo, sabem e dominá-lo, é preciso ter sempre consciência do perigo**», «**para se ser herói é preciso sorte**») e aquilo de que ele se quer lembrar.

A. C. S.

DOMINGOS Pascoal é sargento-ajudante fuzileiro na situação de reforma, tem 54 anos e fez três comissões de serviço em Angola. Na primeira, que começou em 1963, sofreu um traumatismo craniano em consequência do rebentamento de uma mina. Foi por isso internado um mês no Hospital Militar de Luanda. Na segunda, entre 1967 e 1969, passou por complexas situações de fogo. Nunca foi atingido, mas viu tombar camaradas de armas. Na terceira, de 70 a 72, percorreu toda a região do Cuito Canavale e esteve durante meses isolado. É um dia, durante um golpe de mão a um destacamento inimigo, rebentou perto de si um potente explosivo. O sopro, violentíssimo, afectou-lhe os sentidos. Depois de alguns meses de internamento numa unidade clínica, Pascoal foi operado à cabeça. Mais tarde, uma junta médica deu-o como incapaz para todo o serviço militar. Hoje é um homem doente.

A sua voz é monótona e o olhar perturbado. Fala sem emoção aparente das experiências de guerra, como se contasse a história de um vulgar filme que tivesse acabado de ver numa sala de cinema. E, todavia, são essas experiências que lhe ameaçam o ritmo do coração e lhe reduzem a alma ao silêncio e à revolta. Desde a operação, frequente

TRAUMAS

A última trincheira

José Manuel Saraiva

com regularidade as consultas de neurologia e psiquiatria. A sua principal dificuldade consiste em assimilar o que lhe dizem, controlar os impulsos e dominar a angústia e o «stress». «Esqueço-me de tudo, menos do que vivi em Angola. Ainda hoje me recordo de uma emboscada em Cabinda onde morreram, com a explosão de uma mina, quatro homens. Além de dois feridos que tivemos de transportar, ainda fomos obrigados a apanhar os restos dos corpos dos outros para dentro de uma lancha. Este episódio marcou-me profundamente».

Pascoal, que viu o seu sonho de promoção a oficial passar ao lado, em consequência da reforma involuntária, tem dificuldades de relacionamento com a família e os amigos. Não pode ser contrariado nem suporta os gritos ou barulhos mais estridentes.

MAIS DE década e meia depois de ter terminado, a guerra mantém uma presença invisível na sociedade portuguesa, através dos traumas que desencadeou em muitos dos protagonistas, para o resto das suas vidas.



As vítimas do «stress» de guerra exibem sintomas de «ansiedade, perturbações de memória, tremores, depressões, taquicardias, estados de alerta e, às vezes, agressividade».

Paula Frazão, psicóloga clínica que acompanha o tratamento de vários antigos combatentes na Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), confirma que a generalidade das vítimas do «stress» de guerra» exibe normalmente sintomas de «ansiedade, perturbações de memória, tremores, depressões, taquicardias, estados de alerta exagerados e, às vezes, uma certa agressividade».

O receio de não serem compreendidos pelos que nunca viveram a guerra desperta-lhes também exagerados sentimentos de revolta que dificilmente

conseguem expulsar. Por isso, remetem-se a um secreto isolamento, afastam-se dos amigos e conhecidos e estabelecem relações interfamiliares muito difíceis.

Calcula-se que o chamado «distúrbio pós-traumático do stress» de guerra» atinja hoje em Portugal um universo entre 120 mil e 150 mil antigos combatentes. A dolorosa vivência das célebres comissões em África marcou duramente essa geração. A maior percentagem viveu sob o signo do medo e da morte. E mesmo aqueles que por razões de colocação estiveram sempre instalados na retaguarda dos

canhões também sofreram com a ausência da família e a falta de condições de vida ou de adaptação à África.

António Coimbra de Melo, um destacado psicanalista que se tem interessado pelo problema, recorda que «o trauma de muitos militares, designadamente os não voluntários e profissionais, surge depois de terem sido obrigados pela força a cumprir uma missão que não desejaram nem escolheram». Será exactamente por esta razão que começa por instalar neles «uma enorme revolta, duradoura e difícil escoar».

Recordação da próxima reunião de trabalho no Luso



«Procurava-se, essencialmente, a que de rotina, um espaço reunisse, em simultâneo, estruturas de trabalho e de lazer. Queria a concentração mas também, a descontração. E tudo isso foi encontrado no Luso e no seu Grande das Termas.»

Manhã, bem cedo, o circuito de manutenção ao redor do lago, depois umas bronçadas na piscina interior aquecida a 30°...



O trabalho na Sala de Congressos, e, pela tardinha, fendas as sessões...



... o ténis ou o squash, num estímulo ao movimento e ao bem-estar físico. A seguir, a massagem ou a hidromassagem.



Para informações detalhadas contacte Tel. (01) 57 94 04 ou escreva para Apartado 1629

» Do ponto de vista terapêutico, Coimbra de Matos considera que «só a possibilidade de acusar — perante um juiz neutro (psicoterapeuta) — os verdadeiros agentes da acção guerreira que executaram pode aliviar o seu sofrimento psíquico, estancar as descargas agressivas reiteradas sobre outras pessoas e mesmo impedir a necessidade de retaliação dos responsáveis pela sua mobilização para tarefas que detestavam».

E enquanto a agressividade não for dirigida para o «verdadeiro alvo», o sofrimento mental e a impulsividade permanecem.

O mesmo psicanalista, também ele com uma experiência de dois anos de guerra em Angola, recorda o caso de um oficial-médico mobilizado no final dos anos 60. Casado e com filhos, achara estimulante, no início, ter sido mandado para uma zona pacífica de Angola. Mas após o regresso a Portugal, transformou-se numa pessoa agressiva com os familiares, os superiores e até os pacientes. Ao volante, era insuportável. Teve várias acidentes de viação e discúlia com frequência com os outros automobilistas. Depois do 25 de Abril, logo que teve a oportunidade de descarregar toda a raiva contida contra os antigos comandantes e de se manifestar publicamente contra a política

colonial do velho regime, «tornou-se um homem mais tranquilo».

A PARTE as situações de «stress» criadas em consequência do confronto directo com a guerra, outras circunstâncias determinaram desequilíbrios vitais em muitos homens. José Aparício, tenente-coronel do Exército na reserva, conta um caso ocorrido com um graduado da sua companhia, na Guiné, que, por indisciplina pessoal, se deixou um dia abater pelo medo. O lugar onde estava colocado era perigoso. Mas o facto de ter passado a comer e a viver diariamente no abrigo subterrâneo, com receio de ser a qualquer momento atacado pelo inimigo, provocou-lhe uma «complicação da paranóia» de que ainda hoje não está completamente recuperado.

Embora por razões de pormenor diferentes, também o primeiro-sargento fuzileiro Arnaldo da Cruz padece do mesmo mal. Tem 51 anos e há 10 que está na reforma. Em 1970, durante uma operação, teve um acidente com um bote num dos rios da Guiné. Ao desastre seguiu-se uma emboscada durante a qual a sua secção foi sujeita a um intenso fogo de bazuca. O sopro dos rebentamentos fez-lhe perder os sentidos.

Conduzido ao hospital, onde

ficou internado durante semanas, foi mais tarde passado à reforma por uma junta médica que lhe atribuiu uma percentagem elevada de incapacidade para o serviço militar. Hoje sofre de «constantes dores de cabeça, sente zumbidos e tem frequentes pesadelos nocturnos», povoados de mortos e feridos.

A LIÁS, são sobretudo os mortos e os feridos que viu cair nas bolanhas da Guiné que lhe rasgam o caminho dos pensamentos. «Só me vejo a tentar fugir e a arrastá-los comigo. Só os ouço a gritar quando ficavam para ali à espera de morrer, como aqueles quatro 'heróis' da minha secção (de 12 homens). Não consigo esquecê-los». Arnaldo da Cruz mudou muito. Antes, era «um homem alegre e bem disposto, agora vivo triste e doente; passo a vida nas consultas dos psicólogos e psiquiatras da Marinha».

Na mesma situação clínica encontram-se outros militares que um dia por semana se reúnem na ADFA para discutirem a guerra e contarem as suas experiências pessoais. A terapia é acompanhada por uma psicóloga clínica, uma assistente social e uma médica psiquiátrica.

O grupo dispõe-se em círculo, e durante hora e meia, cada um relata a sua vivência nos

conflitos de África. É a maneira de esconjurarem o ódio.

Paula Frazão, a psicóloga, revela que — pelas experiências anteriores — o estado dos pacientes se agrava nas duas ou três primeiras sessões do tratamento, por ninguém gostar de falar sobre o assunto. Mas, à medida que vão expulsando os fantasmas que os habitam, que começam a verbalizar as recordações do mato e das bolanhas, dos mortos e dos feridos, tornam-se mais afectivos com os outros e melhoram o relacionamento familiar.

Mas, se a família é em muitos casos um elemento perturbador sobre o qual os pacientes descarregam involuntariamente as suas iras, noutros ela revela-se um factor estabilizante para o equilíbrio dos homens sob o «stress» da guerra.

A RMANDO Ramos Alves, ex-furriel miliciano do Exército, perdeu em Moçambique as pernas numa mina antipessoal reforçada. A vista e o ouvido ficaram também afectados. Reabilitou-se a si próprio, venceu as dificuldades e os problemas, reiniciou a vida e, quando casou em 1974, estabilizou emocionalmente. Por outro lado, nunca lhe faltou o apoio dos colegas de trabalho e a solidariedade dos amigos.

Viveu em África, como cen-

tenas de milhares de homens, entre a inconformidade e a resignação. E, embora pertencendo hoje ao exército dos estropiados, conseguiu, com o auxílio familiar, corrigir os seus desequilíbrios. Confessa, aliás, que só muito raramente sonha com a guerra. Nos primeiros meses após o acidente, vivia em sonhos o pesadelo do rebentamento da mina. Mas isso está agora ultrapassado.

Fernando Sousa, primeiro-cabo atirador, ficou também sem as pernas no rebentamento de uma mina na Guiné. Era a sua última operação no mato antes do regresso a casa. E, apesar de já ter vencido o desânimo, ainda hoje fala sobre este acidente com os olhos brilhantes de lágrimas. Para ele, também a família, constituída por mulher e três filhos, é um factor de estabilidade que o ajuda a equilibrar os sentidos e a promover os sentimentos. Os sonhos e pesadelos passaram com o tempo. Hoje, apenas lamenta o facto de não se poder dedicar a alguns prazeres da juventude. Não frequenta a praia nem pratica desportos.

M AS SE há homens que puderam recuperar dos traumas da guerra, mesmo que a guerra lhes tenha massacrado o corpo e roubado uma parte de si mesmos, outros há, como os fuzileiros Arnaldo Cruz e Domín-

gos Pascoal, que ainda não conseguiram ultrapassar os seus dramas. Neste caso encontra-se também o sargento-fuzileiro José Santos Amado, que conta no seu palmarés militar com três comissões na Guiné. Por incapacidade revelada, passou à reforma em 1983. Tem constantes perturbações auditivas devidas ao rebentamento de explosivo durante as missões. Queixava-se do seu relacionamento com a família, falta-lhe a memória e perdeu já «a alegria de viver». Os sonhos e os pesadelos são frequentes, e neles não raramente revê um camarada da secção caído a seu lado com um disparo de bazuca «que lhe levou metade da cabeça». O medo, a solidão, o isolamento, o pânico, a distância, a ausência da família e de amigos desequilibravam a generalidade dos militares. Mas era sobretudo os mortos e os feridos que provocavam a descompenção dos homens.

Vale a pena recordar as palavras do tenente-coronel Aparício, um dos oficiais mais duramente «castigados» pela participação nas áreas de maior perigo em Angola e na Guiné: «Infelizmente, vi muita gente morrer ao pé de mim. Mas há uma coisa que sempre me impressionou: antes de morrerem, rapazes lembravam-se sempre da mãe. Gente casada com filhos... mas era da mãe que se recordavam».

A Vida a Cores

Lancia Y10

Dê cor à sua vida! Em Março compre o seu Y10 preferido e ganhe um televisor de bolso ou a redução de 50% do valor dos juros*.

O prestígio e a classe Lancia, agora em Março, ainda mais perto de si.



A DIFERENÇA DE VIAJAR EM LANCIA

